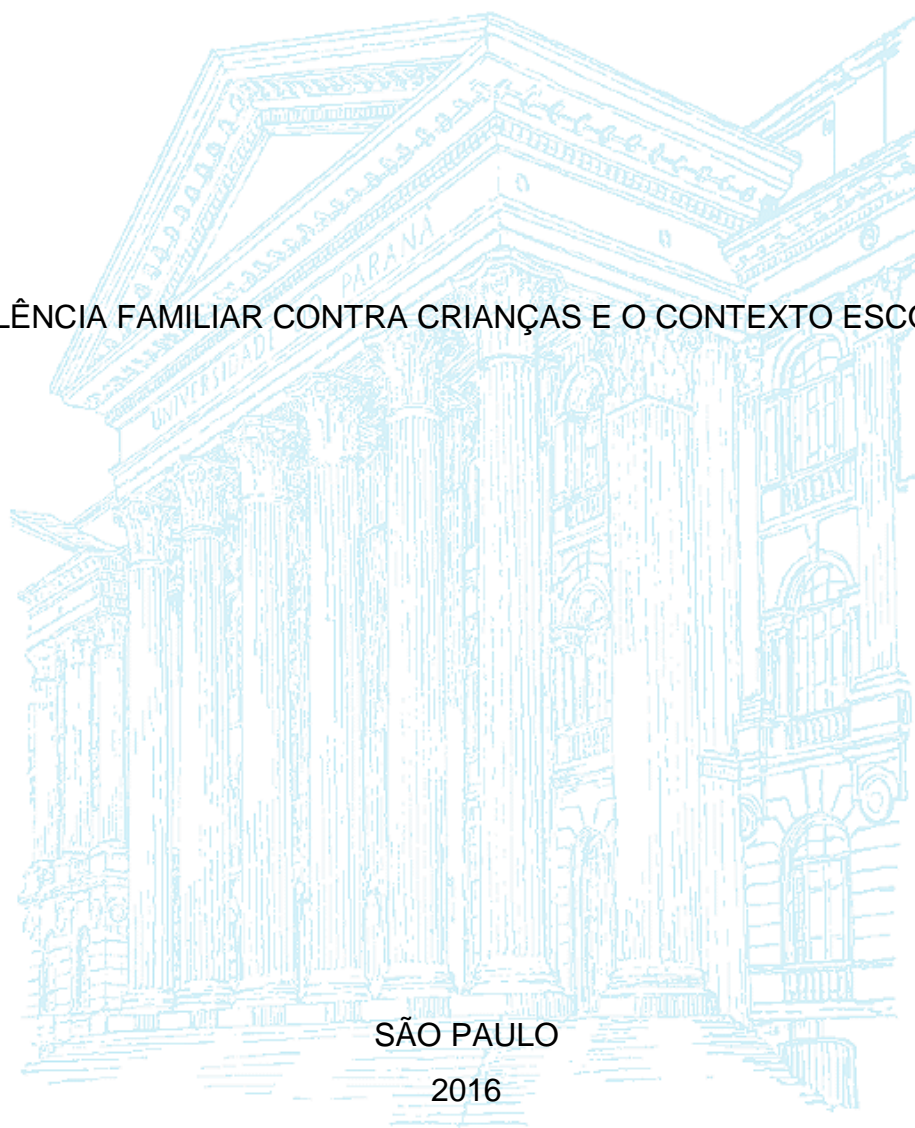


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA MARIA SOUZA

VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E O CONTEXTO ESCOLAR



SÃO PAULO

2016

ANA MARIA SOUZA

VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E O CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola.

Orientadora: ROSA FRUGOLI SILVA

SÃO PAULO
2016

VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E O CONTEXTO ESCOLAR

Ana Maria Souza¹;
Rosa Frugoli²

Resumo: O papel da instituição escolar como veículo de formação de cidadania é preponderante para a formação de novas mentalidades em relação ao fenômeno das várias formas de violência que perpassam as pessoas de várias camadas sociais, sobretudo crianças. A partir desta problematização, os objetivos desta pesquisa foram demonstrar se o ambiente escolar identifica situações de violência advindas do ambiente doméstico em crianças da Educação Infantil, como se realiza a identificação deste fenômeno e quais ações são realizadas na intervenção do problema. A metodologia utilizada é qualitativa, por meio de estudo de caso. A inserção a campo ocorreu numa escola da rede municipal de ensino de São Paulo, com uma professora que atua na Educação Infantil com crianças de 5 anos de idade. Os resultados obtidos indicam que o fenômeno da violência contra as crianças ainda se mostra como um objeto difícil de ser tratado no âmbito escolar e as intervenções sobre este fenômeno ainda estão aquém do que se propaga a legislação e os conteúdos programáticos.

Palavras-chave: Escola; violência contra crianças; Educação Infantil.

ABSTRAT:

The role of the school as a vehicle for training of citizenship is leading to the formation of new attitudes in relation to the phenomenon of multiple forms of violence that permeate all people of all social strata, especially children. From this questioning, the objectives of this research were to identify the school environment identifies situations of violence arising from the domestic environment for children from kindergarten, as is done to identify this phenomenon and what actions are performed as an intervention of the problem. The methodology used qualitative, through case study. Entering the field occurred in a municipal school network of São Paulo, with a teacher who works with children in kindergarten at the age of 5 years. The results obtained indicate that the phenomenon of violence against children even appears as a hard object to be treated in schools and interventions on this phenomenon are still short of what is propagated legislation and program content.

KEY-WORDS:

School; violence against children; Childhood education.

¹ Professora na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Especialista em Gênero e Diversidade na Escola / UFPR - E-mail: anascet@bol.com.br

² Doutoranda em Saúde Coletiva / UNIFESP - E-mail: rosafrugoli@ig.com.br

INTRODUÇÃO

A violência familiar e doméstica abrange vários aspectos que depreciam e desumaniza a pessoa que foi violentada, principalmente se os sujeitos sociais forem crianças. Neste sentido a escola e a educação tem papel preponderante nestas questões, são instituições formadoras de cidadania.

Cabe ressaltar, que Faleiros e Faleiros (2008) distinguem a violência doméstica da violência familiar.

A violência doméstica refere-se ao lugar onde ela ocorre na casa, no lar; a violência familiar se refere à natureza dos laços parentais que unem as vítimas e os autores da violência. Não são, portanto, sinônimos. Na violência doméstica podem viver e ser violentadas pessoas que não são da família, como empregadas domésticas e agregados. A violência familiar pode ocorrer entre cônjuges, entre pais e filhos, entre irmãos, com parentes idosos, habitantes ou não da mesma casa. Familiares podem se odiar e ser violentos a muitos quilômetros de distância ou vivendo sob o mesmo teto. São exemplos disso o pai que nunca reconheceu o filho, o filho que sequer conhece o pai, a mãe separada do marido que não deixa os filhos verem o pai, filhos e pais que se agredem verbal ou fisicamente. Muitas das agressões e violências praticadas por pais ou responsáveis contra filhos crianças e adolescentes são, em geral, justificadas como “medidas educativas” pelos autores e pelos demais atores coniventes com elas (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.50).

No que se refere ao contexto escolar e educacional, há de se considerar que este fenômeno também interfere no processo de formação da cidadania e nos contextos de ensino-aprendizagem.

Odália (1991) afirma que a violência não está vinculada à modernidade, mas a partir do momento em que o homem começou a se organizar em grupos. Cabe ressaltar que embora a violência não seja um fato novo socialmente, sua prática como espetáculo e banalização envolvendo crianças vem se alastrando. Abramovay (2005, p. 51) enfatiza que:

(...) ao mesmo tempo em que a violência, hoje se torna espetacular, notícia, diversos atos se estranham pelo cotidiano, tomando a forma ora de conflito, ora de alterações que se acercam do fatal e que provoca dor, mas que se naturalizam em comportamentos e práticas sociais que muitas vezes passam despercebidas.

É interessante observar que a população mais vulnerável são as crianças que requerem para o seu pleno desenvolvimento, o binômio, cuidar e educar. Segundo Mapa da Violência (2012) sobre homicídios de mulheres no Brasil, o ambiente

doméstico para as crianças até dez anos é um dos locais mais violentos, sobretudo para as meninas. Pode-se considerar que as crianças não têm condições plenas de se defenderem de situações violentas como os adultos.

O papel da instituição escolar como veículo de formação de cidadania, é preponderante para a formação de novas mentalidades com relação ao fenômeno das várias formas de violência que perpassam todas as pessoas de todas as camadas sociais. A violência em sua complexidade se apresenta multifacetada. Encontra-se no ambiente familiar, refina-se no ambiente escolar nas formas de gênero, assédio verbal ou sexual, abuso sexual, punição física além do bullying que afeta diversas crianças.

A escolha do foco de estudo sobre crianças na faixa etária que compreende a Educação Infantil decorreu da necessidade em se conhecer e ampliar os conhecimentos sobre esta situação, além de se buscar entender como estas crianças ou pessoas que convivem nestes contextos recebem atenção e cuidados do Estado, da estrutura escolar e da própria sociedade. Sabe-se que a violência tem consequências duradouras deixando marcas físicas, emocionais e psicológicas causando uma série de implicações para o desenvolvimento cognitivo, para a capacidade de aprendizagem e da saúde.

Portanto, os objetivos desta pesquisa foram demonstrar se o ambiente escolar identifica situações de violência advindas do ambiente doméstico em crianças da Educação Infantil, como se realiza a identificação deste fenômeno e quais ações são realizadas na intervenção do problema.

METODOLOGIA

Refletindo e procurando intervir sobre o problema da violência familiar sofrida por crianças em idade da Educação Infantil, esta pesquisa utilizou-se do método qualitativo, por meio de estudo de caso.

Para André (2013) no contexto das abordagens qualitativas, o estudo de caso apresenta-se na pesquisa educacional com uma possibilidade de focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões.

Embora até os anos oitenta houvesse diversas críticas ao modo como a educação se apropriava deste método, na atualidade sua proposta possibilita

entender o conhecimento e os sujeitos como um processo socialmente construído nas interações cotidianas.

Para André (2013, p. 97):

Estudos de caso podem ser usados em pesquisa educacional para descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural. Na perspectiva das abordagens qualitativas e no contexto das situações escolares, os estudos de caso que utilizam técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas intensivas possibilitam reconstruir os processos e relações que configuram a experiência escolar diária. Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo.

A partir destas considerações, nesta pesquisa ocorreu inserção a campo, numa escola da rede municipal do município de São Paulo. Após contatos, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com uma professora que atua na Educação Infantil com crianças de 5 anos de idade em sua maioria. As entrevistas ocorreram na própria escola e buscou-se apreender dados sobre as experiências que esta docente experienciou em atuação profissional que perpassam as questões de violência contra as crianças no ambiente doméstico que interferem no processo de formação cognitiva e de cidadania.

Cabe ressaltar que as entrevistas garantiram o sigilo das informações prestadas e que as perguntas inferidas serviram de apoio para que a participante manifestasse suas opiniões, análises e experiências sobre o tema proposto. Assim, as entrevistas ocorreram em dois momentos em intervalos de período de aula no segundo semestre do ano de 2015, por um período de quarenta a cinquenta minutos sendo que as respostas foram registradas pela pesquisadora.

No primeiro dia de entrevista foi solicitado a participante informar sobre sua inserção no contexto educacional, sua formação acadêmica, tempo de atuação e opções por atuação com as diversas faixas etárias de educando e conteúdos dos programas lecionados.

No segundo dia solicitou-se que a professora relatasse sobre sua experiência de relações com as crianças da Educação Infantil, suas percepções sobre a existência do fenômeno da violência doméstica contra as crianças, se existe tal

situação, como esta se revela no contexto escolar, seus possíveis fundamentos nestas ocorrências, quais providências são tomadas a partir da identificação destas situações, como os professores se apropriam de leis que tratam desta problemática e o papel da escola em seu enfrentamento.

No que se refere às observações realizadas na escola, foram identificadas por meio de registros e relatos as dificuldades em se conseguir participantes para a pesquisa. Os contatos realizados indicavam que alguns professores não demonstravam interesse no tema, outros que não tinham contato com estas situações e outros afirmavam ainda que são assuntos delicados para se tratar na escola e de difícil solução e por isso não queriam participar. Após se verificar estas situações, o alcance por uma participante para as entrevistas foi considerado como critério válido de coleta de informações específica sobre o tema.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Na observação da coleta de campo foi possível identificar como a violência, sob a forma de violência familiar contra crianças, ainda se mostra como um objeto difícil a ser tratado no âmbito escolar e de ter acesso a este tipo de informações. Por mais que alguns professores se mostrassem simpáticos e sensíveis à questão, em se tratando da participação na pesquisa, apenas um docente aceitou revelar suas experiências sobre o assunto.

A participante da entrevista relata que desde 2001 trabalha com crianças com idade em torno de cinco anos na Educação Infantil na rede municipal de Educação de São Paulo. Sua formação advém do Magistério e do curso de graduação em Biologia, é do sexo feminino e tem trinta e oito anos. Acredita que está motivada em atender as crianças desta faixa etária porque acha interessante a desenvoltura que elas apresentam e muita curiosidade em aprender coisas novas.

Diante do cotidiano escolar, a professora participante da pesquisa indica que procura estar em sintonia com as novidades no campo do conhecimento específico para este público infantil. Fato interessante colocado foi que neste público a avaliação de desempenho não ocorre por provas específicas, mas se dá a partir da evolução das crianças e o alcance de habilidades; o desenvolvimento é registrado em um portfólio. Neste sentido, há uma avaliação global de cada criança. Este caso

corporifica-se por meio de habilidade motriz, apreensão de conceitos sobre natureza, matemática e linguagem.

No momento inicial das entrevistas, os contextos além da sala de atividades ainda não são apontados como relevantes na avaliação integral das crianças. E sobre sua percepção em relação à violência doméstica contra as crianças, revela que até agora não identificou nenhuma situação direta de violência e nem comportamentos que indicassem tais fatos. Entretanto, lembra-se de um fato que ocorreu em outra sala de aula, na mesma unidade educacional de uma menina que suspeitavam ser ela aliciada sexualmente pelo padrasto e que a mãe duvidava. Como a colega da professora da sala vizinha relatara a suspeita, a participante da entrevista decidiu tomar a decisão de ir a fundo à questão e envolveu a gestão escola.

A partir do momento do acionamento da gestão escolar, a direção resolve chamar o Conselho Tutelar. Assim mãe e padrasto foram acionados. Até o momento do encerramento desta pesquisa ninguém da escola, segundo a professora ficou sabendo oficialmente sobre o desenrolar da situação. Não obtiveram conhecimento das providências oficiais tomadas pela Escola e por outro lado, da família da criança, soube-se apenas que diante das ocorrências a criança deixou de comparecer à EMEI porque a família decidiu mudar de residência, indo morar em outra cidade.

Para a professora neste caso: “A escola tomou providências formais e legais que foi acionar o Conselho Tutelar, mas pareceu que a família foi mais ousada e resolveu mudar de cidade para encobrir crueldade contra a criança” (PROFESSORA, 2015).

A ação familiar, neste caso está atrelada, um pensamento mesmo que inconsciente de dominação daqueles que não podem se defender. A entrevistada relata indignada com a família e faz comentário sobre a atitude passiva de adultos em não tomarem providências para mudar, ainda em relação à criança entende-se que esta é indefesa num mundo adulto ser conveniente, isto para a docente era inaceitável.

Para a participante, a escola busca, em caso de violência familiar ou doméstica ou outros tipos de violência, chamar os pais ou responsáveis para conversar, além de chamar o Conselho Tutelar. Também, procurou trabalhar com a criança de forma diferenciada para minorar seu sofrimento dentro do planejamento da sala de aula e no Projeto Político Pedagógico. No caso descrito como exemplo de

violência relatado pela professora não apareceu o que fizeram por meio do projeto pedagógico e nem na sala de aula. Embora, a criança não tenha ido mais as aulas, não houve informações cotidianas de forma coletiva.

Além do caso da menina com suspeita de ser aliciada, esta docente não tomou conhecimento e nem percebeu mais nenhum caso de violência doméstica entre as crianças da escola. Aqui fica uma reflexão significativa, será que não há casos de violência doméstica entre as crianças da escola ou ainda o corpo docente e gestor, além de outros profissionais do âmbito escolar não identificam tal situação?

Sobre as leis que protegem as crianças, (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente, na opinião da professora, estas foram criadas para proteger ao máximo as crianças e os adolescentes, mas, mesmo assim, em seu relato afirma que estas deveriam ter fiscalizadores bem qualificados e eficazes para impedir que tais atos ocorram com esse público alvo. Para a docente, o Estatuto da Criança e do Adolescente é uma normatização que muita gente desdenha da sua eficácia e até afirmam que só dão direitos a quem “não precisa ou não presta”, mas para ela há de se ter outro olhar sobre o Estatuto, pois na verdade foi criado justamente para dar um basta nas atrocidades que existiam e ainda continuam a maltratar as crianças e os adolescentes.

A docente refere que tanto o Estatuto da Criança e Adolescente foi importante na proteção das crianças, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também foram colocados na escola para auxiliar os professores a trabalhar os temas transversais, integrar as ações de modo contextualizado dentro de cada disciplina com o papel dar conhecimento para que a educação se constitua como meio de transformação da realidade vivida por todas as crianças e adolescentes. Entretanto retrata que todos os professores sabem de sua existência e necessidade, mas que na maioria das escolas um ou dois professores somente se dispõem a trabalhar com esta temática quando se deveria permear todos os conteúdos ministrados.

A professora relata ainda que, não vê muita saída em curto prazo, achando que deve se partir da formação de professores como temáticas obrigatórias e compromissos, com leis punitivas para que todos se conscientizem destes problemas de violência e, mesmo assim, ainda se tem que mexer com o “ego” de muita gente, muitos professores que se recusam a ampliar conteúdos de suas disciplinas nas salas de aula.

A partir destas colocações da participante e das observações realizadas na escola de modo geral, nesta delimitação espacial, tanto gestores quanto professores se preocupam com a temática da violência contra as crianças no ambiente familiar e doméstico. Entretanto, evidencia-se pelos comportamentos e relatos que as intervenções sobre este fenômeno ainda estão aquém do que se propaga a legislação e os conteúdos programáticos.

Do ponto de vista da lei a proteção integral é garantida formalmente, os conteúdos curriculares contemplam também a relevância para fenômenos sociais e culturais complexos e busca desenvolvimento pleno dos educandos, entretanto, a efetivação de tais propostas apresenta-se distante da realidade conforme indicado na coleta de dados da pesquisa. Interessante ressaltar, que segundo indicações teóricas o número de casos de violência doméstica contra crianças no Brasil é significativo, mas na pesquisa apareceu como ponto isolado, o que se faz resgatar a reflexão sobre formas como os profissionais da educação identificam estes problemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de campo possibilitou tomar conhecimento dos meandros das relações que envolvem os seres humanos com pouca idade, ainda que de forma delimitada, foi possível ampliar tais conhecimentos sobre a questão da violência familiar e doméstica contra as crianças e o seu ambiente educacional na sua forma como praticam a intervenção pedagogicamente. Atualmente ampliaram-se as discussões sobre situações de violência, sobretudo em se tratando de mulheres, quando se aborda a violência de gênero, violência esta demarcada por situações de desigualdade entre produções sociais do que é ser feminino e masculino.

Esta complexidade afeta todas as mulheres, como também as crianças e, sobretudo meninas. Nestes casos, a escola deveria ser uma instituição de acolhimento e intervenções para os casos que se apresentam. Por ser um fenômeno sócio cultural, parece que as indicações curriculares e outras políticas públicas de combate à violência “estão na frente”, mas o efeito desejado ainda se encontra distante. Somente sensibilidade não resolve a proteção das crianças.

Mas podemos apostar em um novo conceito prático de conscientização via Lei Maria da Penha e reeducação da população de forma geral no combate

veemente contra a violência principalmente contra crianças e adolescentes e toda a população adulta em geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. Waisselisz, **Gangues, galeras, chegados e rappers: Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SETUR e Garamond. 2005, p.51

ANDRE, Marli. O Que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

ALBERGARIA, Jason. **Comentários ao estatuto da Criança e do Adolescente.** Rio de Janeiro: Aide, 1985.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Saúde. **Rede de proteção à criança e adolescente em situação de risco para a violência.** Curitiba: Secretaria Municipal de Saúde; 2008 [citado 2011 Jun.31]. Disponível em:

[http://sitesms.curitiba.pr.gov.br/saúde/sms/protocolos/rede proteção.pdf/](http://sitesms.curitiba.pr.gov.br/saúde/sms/protocolos/rede%20proteção.pdf/). [Links]

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** Edições MEC/Unesco, Brasília, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir nascimento da Prisão** Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. 9. Ed. Petrópoles Vozes. 1991.

HEILBORN, Maria Luiza; ROHDEN, Fabíola. **Gênero e Diversidade na Escola: A Ampliação do Debate Formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais.** Livro do Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.